

DIOGO-CÃO

REVISTA ILUSTRADA DE ASSÚNTOS HISTÓRICOS

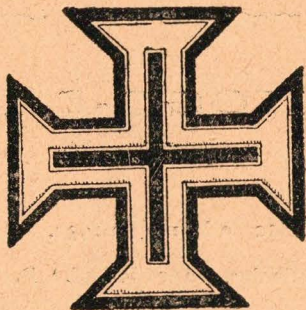
(Com tôdas as licenças necessárias)

Director, redactor, administrador, editor e proprietário

PADRE MANUEL RUELA POMBO

(Missionário secular português e antiquário amador)

COLABORADORES — SELECCIONADOS



SUMÁRIO:

Feliz diplomacia praticada por Diogo Cão na presença do Rei-de-Congo—A fortaleza de Sam-Francisco do Penedo—O governador Manuel Cerveira Pereira—A Escola-Médica de Luanda, em 1791—A Ermida de Nossa Senhora do Cabo, na Ilha-de-Luanda—A Invasão Holandesa As duas políticas dos Descobrimientos Marítimos dos Portugueses

TIRAGEM 1:000 EXEMPLARES

LUANDA

1932

AGENTE:

AMADEU AMORIM

LUANDA — C. P. 327

VENDE-SE NAS LIVRARIAS:

—**MINERVA**, na Travessa da Sé

—**A LUSITANA**, na Avenida de Salvador Correia

Preço de cada número avulso.....	5,00
Pelo correio e registado.....	6,00

“**DIOGO-CÃO**”

(*Continuação*)

7.)

Luanda, 22 de Março de 1932.

Ex.^{mo} Senhor Padre RUELA POMBO.

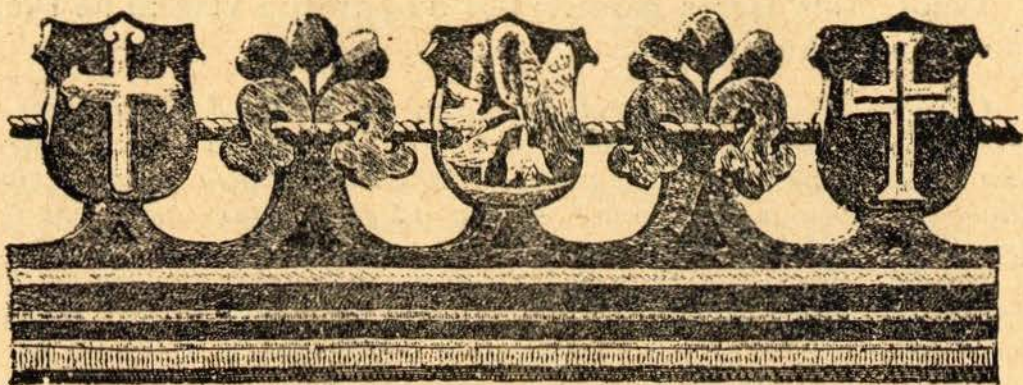
MUXIMA.

O Clube Transmontano da minha presidência, reconhecendo quanto deve a tôlas as pessoas que, directa ou indirectamente, procuram interessar-se pela sua finalidade, vem cumprir o devêr especial de agradecer à V.^a Ex.cia o primeiro número da revista *Diogo-Cão*.

Que outro merecimento não tivesse, bastaria o nome que a encima para que o coração transmontano palpitasse com sentida devoção por um filho da sua terra, que, um nobre e patrioticamente, contribuiu para o engrandecimento de Portugal.

Mas...um outro factor se alia ao justo valor que encerra: é o trabalho cuidado e inteligente de V.^a Ex.cia, que sobremaneira vem contribuindo para que a História-de-Angola se não perca no indiferentismo dos que não sabem querer.

(*Continua na 3.^a página da Capa*)



OS PORTUGUESES EM ANGOLA

I

DIOGO CÃO

—Porque, ainda que Diogo Caão era especial cavaleiro e nas coisas da guerra muito dèstro e experimentado, era também, na policia e cristandade, muito prudente.

Pedro de Mariz

(Continuação da página 134)

9—Os tais pretos em Lisboa



Dom João II

OS PRETOS, VINDO A ESTES Reinos, conquanto foram trazidos sem ordenança de El-Rei, êle folgou muito com êles, principalmente porque entre êles acertaram de vir homens fidalgos e principais da casa do Rei-de-Congo, e de muito bom saber, os quais mandou logo vestir de finos panos e sedas, e tratá-los muito bem, honrá-los e favorecerê-los, e mandou a todos que assim o fizessem, e êles sempre no mar foram de Diogo Caão honradamente tratados; e depois de

serem muito bem informados da virtuosa tenção de el-rei dom João, que era serem crístãos, e assim, depois de terem vistas muitas coisas principais dèstes reinos e maneira de nossa Fè,—El-Rei houve por bem que os tornassem à sua terra, e mandou logo armar sua frota.

Todos êstes factos passaram-se na primeira viagem de Diogo Caão à nossa Angola.

Chegado Diogo Caão a êste Reino, folgou El-Rei d. João muito em ver gente de tam bom entendimento, porque, como eram homens nobres, assim aprenderam o que Diogo Caão lhes ensinou pelo caminho, que, quando chegaram a êste Reino, davam já razão das coisas que lhes preguntavam. El-Rei, por cãusa do tempo em que Diogo Caão limitou sua tornáda, por os nossos não padecerem algum mal mandou que tornasse logo, levando muitas coisas a El-Rei de Congo, e com elas lhe encomendava que se quisesse converter à Fé de Cristo. Chegado Diogo Caão à barra do rio do Padrão, foi recebido pelos da terra com muito prazer, vendo os seus naturais, que êle trouxera, vivos e tam bem tratados como iam.

10—A vólta dos pretos à sua terra

«El-Rei d. João houve por bem que os Pretos de Congo tornassem à sua terra, e mandou logo armar sua frota para o dito descobrimento e nela mandou os ditos pretos despedidos com muita hõra e grandes mercês das coisas dêstes reinos que lhes a êles melhor parecia. E assim enviou por êles ao dito Rei-de-Congo sua embaixada com um presénte rico de muitas e boas coisas, e lhe mandou oferecer sua amizade e descobrir sua vontade: que era desejar sua salvação, convidando-o com razões e admoestações para a Fé de Jesus Cristo Nosso Senhor; encomendando-lhe que deixasse os ídolos e feitiçarias que tinha e adoravam em seu Reino, dando-lhe para isso muitas e boas razões que êle pudesse entender, e dito de maneira que êle se não escandalizasse pela erro-nia e idolatria em que vivia, nisso que teve El-Rei dom João muito resguárdo e temperança para, com brandura, o provocar».

11—A satisfação do Rei-de-Congo

Pelo regimento que levava de el-rei dom João II, mandou Diogo Caão um dos 4 pretos, com alguns da terra que êle conhecia, com recado a El-Rei de Congo, fazendo-lhe saber como era chegado e trazia os seus vassalos que dali levava, segundo lhe aquele diria, pedindo que, porquanto lhe El-rei seu senhor mandava que passasse mais avante por aquela costa a fazer algumas coisas de seu serviço, lhe enviasse os portugueses, que tinha, por algum seu capitão: ao qual êle entregaria os outros 3 vassalos, que trazia, e que da tornáda, que em boa hora viesse, êle lhe iria falar algumas 'coisas que El-rei seu senhor, mandava que com êle praticasse, e assim apresentar outras que lhe enviava. Vindo os nossos em pôder de um capitão, que El-rei de Congo enviou, ao qual Diogo Caão

entregou os seus com algumas dádivas para El-rei, expediu-se dêles, entrando em seu descobrimento pela costa adeante.

O dito Rei-de-Congo com tôda a sua côrte, que é bem grande, houve grande prazer e contentamento com a vista de seus fidalgos, que já davam por mortos ou cativos, sem esperança de os mais ver. E vendo-os em trajos tam honrados, com tanta paz e saúde, era em todos o prazer e alegria tanta, como se todos de grande espânto e se espalhou por muitas pârtes, vinha tanta gente à côrte que se não podia estimar, porque os pretos, que vieram, eram homens nobres e muito conhecidos.

12—As festas diplomáticas, na banza de Congo, em hõnra de Diogo Cão

Como deixámos dito no § 5, Diogo Cão foi em pessoa ver-se com o Rei-de-Congo, à sua banza, quando voltou da descoberta da costa na segunda viagem.

Tornado Diogo Cão dêste descobrimento ao rio do Padrão, foi-se ver com El-Rei de Congo, o qual, pela informação que já tinha dos seus, que se conformavam com os nossos do que lhe tinham dito das coisas dêste Reino, quando viu Diogo Cão, assim pelo que lhe disse e deu da pârte de El-Rei d. João,—não sabia que hõnra lhe fizesse e era tam cioso dêle que o não fiava de ninguém.

El-Rei de Congo, «com a embaixada de Diogo Cão e presénte de El-Rei de Portugal, se havia por tam aventurado que se não conhecia, e mandava chamar aos grandes senhores seus vassalos para lhes dar pârte de tanta glória, fazendo àqueles seus fidalgos que mui amítude em público com altas vozes dissessem as virtudes, bondades e grandezas de El-Rei de Portugal e dos seus reinos, e da hõnra e humanidade com que os tratara, e as muitas e mui grandes mercês com que os despedira, e assim o presénte que lhe mandara, e a todos rogava muito que, por amôr dêle se alegrassem com tanta hõnra sua e que, por hõnra de El-Rei de Portugal fizessem muitas festas e prazeres».

«E, as palavras e admoestações para a Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo recebeu com tanta eficácia que parecia que Deus as espritara nêle, que com o muito desêjo, que já tinha de sua salvação, não dava logar que o embaixador Diogo Cão e frota de Portugal se partisse, pelo muito contentamento que levava em falar com cristãos».

«E depois de, com muita graça e fervor, mostrar desêjo de querer ser cristão, despediu Diogo Cão e navios».

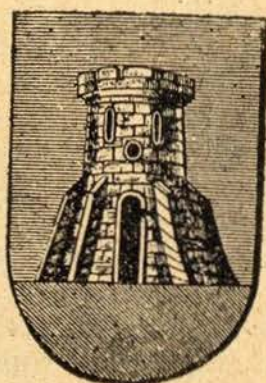
13—O embaixador congus Caçuta e o presente de El-Rei de Congo para d. João II

Nos navios de Diogo Cão «mandou—El-Rei de Congo a El-Rei de Portugal—Caçuta por seu embaixador, que primeiro a êstes reinos viera, homem mui principal, e a êle muito aceito, que, depois de ser cristão, houve nome dom João da Silva, homem de bom natural e mui bom cristão, amigo de Deus; e trouxe a El-Rei um presente de muitos dentes de elefantes e coisas de marfim lavradas, e muitos panos de palma bem tecidos, e com finas côres».

«E o principal de sua embaixada era beijar-lhe as mãos pelo cuidado que tivera de lhe honrar, em sua vida, o corpo e lhe procurar a salvação para a sua alma. E que, para isto, pois seus reinos eram tam apartados uns dos outros que em pessoas se não podiam ver, lhe pedia muito por mercê que lhe mandasse logo frades e clérigos e tôdas as coisas necessárias para êle e os de seus reinos receberem a agua do baptismo».

«E assim lhe mandasse pedreiros e carpinteiros para lhe fazerem igrejas e cásas de oração como as dêstes reinos, e também lhe mandasse lavradores para lhe amansarem bois, e lhe ensinarem a amassar pão, porque levaria muito contentamento, por amôr dêle, que as coisas de seu reino se parecessem com as de Portugal».

(Continua)



AS FORTALEZAS DE LUANDA

II

A Fortaleza do Penedo SAM-FRANCISCO

(SEGUNDO ORAGO)

(Continuação da página 138 e conclusão)

6—Mais obras de defesa, no governo de Manuel de Almeida e Vasconcelos

PARA NÓS OS DOCUMENTOS TÊM TODO O VALOR E, POR ISSO, aqui vai mais êste, que dispensa literatura e comentários fantásticos: a verdade é simples e não carece das roupagens da imaginação para se apresentar em público, e assim... agradar.

Para o Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Martinho de Melo e Castro:

Tendo eu praticado, na fôrma que dei parte á V. Ex.cia, o reparar a importante fortaleza de Sam-Francisco do Penedo, neste pôrto, que ameaçava uma grande ruína,—as notícias da presente Guerra deram tôda a ocasião a que eu entrasse na prática de algumas obras da defesa, que ficaram por acabar na fortaleza de Sam-Pedro, a melhor a defender a entráda da Barra, passando também a reparar os pequenos redutos da Conceição e Necessidades, que tanto para o mesmo podem cooperar. O Conde-da-Cúnha governador dêste Reino, conheceu o quanto era importante uma semelhante fortaleza, intentou-a e deu-lhe algum princípio, metendo estacaria com alguma pedra no logar que lhe pareceu mais apropriado, o que o mesmo MAR desordenou, dei-

xando ainda ver alguns vestígios nas marés baixas, rompendo a calema. Esta obra, porém, é de grande despesa e precisa de Professor, que bem a possa dirigir, e da concorrência dos competentes meios, que se não podem achar neste País.

Imediato a êste Pôrto, se segue a dilatadíssima e boa enseáda do Caquaco e Bengo, coberta por um grande môrro ou rochedo, e bem cómodo a estarem com todo o resguárdo umas poucas de grossas esquadras e a fazer-se qualquer pretendido desembárque, sem haver coisa alguma que o defenda, e embarace o entrar no País qualquer Corpo que o pretenda fazer na Cidade. Examinando pessoalmente, com o único engenheiro que há, tôdas as suas Praias observámos: serem muito precisos e úteis para a defesa, em alguns sítios, se fizerem uns Redútos, que podem ser de terra e faxina, porém no logar chamado Caquaco se carece de Fôrte mais formal, vendo que com razão geralmente todos falam na precisão de acautelar e defender o dito logar, o que também é bem essencial, para obstar aos contrabandos, e assim eu me disponho a remediar a urgente necessidade com algumas trincheiras de terra e faxinas, pois que não devo entrar em maior obra, sem as expressas Ordens de sua Majestade e Instruções de V. Ex.cia; é também para ver que não há artilharia suficiente, pois que, ainda nas fortalezas estabelecidas, lhe faltam os números competentes de peças e os petrechos respectivos e trópa, particularmente de artilheiros, pois que para tôlas as suas guarnições de campanha não pode ser suficiente a companhia de cem homens, de que sempre se deve contar, segundo a qualidade do País, uma parte doente.

A obrigação, que tenho de fazer à V. Ex.cia ciente de tudo o que acho concernente ao Serviço de sua Majestade faz indispensável em tudo a minha exposição, para que V. Ex.cia sôbre tudo providencie, e com suas acertadas e respeitáveis Ordens me dirija em todos os meus devêres, de que se faz inseparável a minha radicada fidelidade e inalterável obediência. — DEUS G. à V. Ex.cia m. a. — Sam-Paulo da Assunção de Luanda. — Manuel de Almeida e Vasconcelos. — Outubro, 12, de 1793.

(Cartas de Officio para a Côrte, à fólha 88)

7—Nótas militares

A fortaleza do Penedo é hoje a casa-de-Reclusão ou Cadeia-Civil de Luanda.

Como fortaleza, nada vale.

Os seus comandantes não são da arma da artilharia e, por isso, estão desculpados por não saberem dar informações técnicas aos visitantes: o mesmo se dá ou acontece na fortaleza de Sam-Miguel.

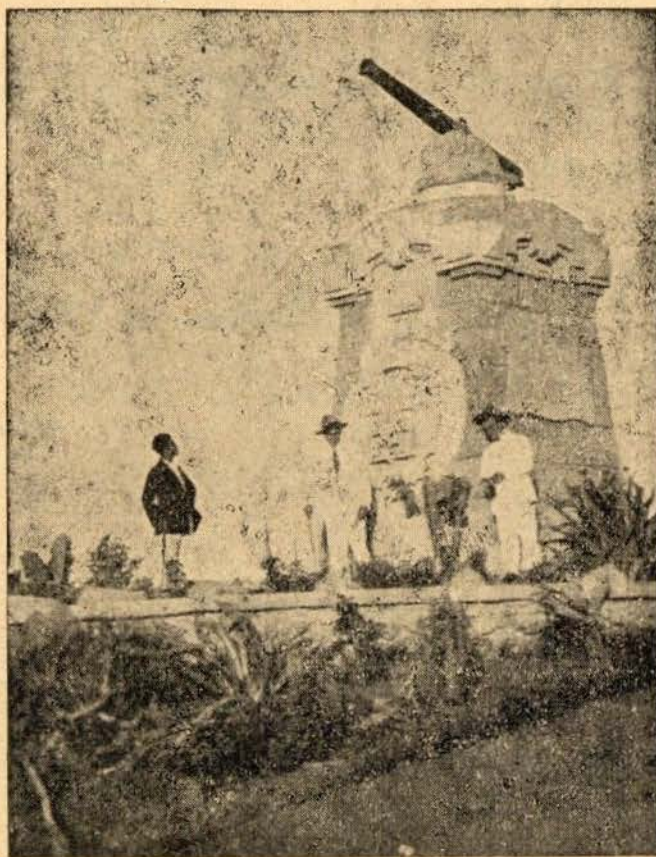
Presidio de MUXIMA

Maio de 1932

Efemérides Provinciais

CATÁLOGO OU
LISTA DOS GO-
VERNADORES
DE ANGOLA
COM AS RESPECTI-
VAS PRÓVAS

Pelo sr. prof.
Delgado



(Cont. da pág. 140)

(Canhão histórico)

VIII—Manuel Cerveira Pereira.

(Primeiro govêrno)

DÁTAS:



MANUEL CERVEIRA PEREIRA sucedeu por fôrça do testamento de João Rodrigues Coutinho, em princípio de 1603.

Não teve paténte.

FONTES OU PRÓVAS:

É certo que Manuel Cerveira era governador de Angola em 1603.

A *Synopsis*, na página 183, § 12, diz apenas que êle, em 1603, moveu guerra contra o rei de Angola, muitas vezes pérfido.

Lisboa,

Janeiro de 1929.

(*Continua*)

Jose Mathias Selgas

Nóta do p. R.—O governador Manuel Cerveira Pereira era um homem corajoso e incapaz de desânimos. A sua vida agitada o prova ou demonstra: vão ver.



Medicina Tropical

A ESCOLA MÉDICA DE LUANDA, EM 1791

(Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Lavrador Ribeiro)

COMO SABEM, AÍ POR 1844 E 1845, FOI CREADA EM LUANDA uma Escola-Médica, que, segundo julgamos, não passou do papel, como tantas iniciativas boas e úteis e indispensáveis para o progresso desta Colónia Portuguesa de Angola...

A tal respeito, publicámos, à página 156 do *Almanaque-Anuário de Angola*, de 1932, uma pequena notícia, que ainda havemos de completar, um dia.

Agora, pelo Documento seguinte, os nossos Leitores vão ver que *in illo tempore*, mais remoto, em 1791, foi creada ou aberta, em Luanda, pelo governador Manuel de Almeida e Vasconcelos, uma aula de Medicina e Anatomia.

—*Arquivo da antiga Secretaria-Geral de Angola—Livro V do registo de bandos.—Anos 1790—1793.—Fólha 2, verso.*

Bando sôbre a abertura da Aula de Medicina e Anatomia:

Manuel de Almeida e Vasconcelos, do Conselho de sua Majestade Fidelíssima, Coronel de Cavalaria de seus Exércitos, Cavaleiro da Sagrada Ordem de Sam-João de Jerusalém de Malta, Governador e Capitão General dêste Reino e suas Conquistas etc...

FAÇO SABER a todos os Colonos desta Cidade, Reino de Angola, que, estendendo-se a paternal clemência de sua Majestade Fidelíssima, em beneficio de seus fiéis vassallos, a todo e qualquer lugar, onde so achem residindo, tanto a bem da conservação de

suas vidas que da instrução, por onde venham a adquirir luzes, que subministrem os meios mais competentes a se fazerem dignos de sua Real Atenção e Estimação e Utilidade de seus compatriotas:

Foi a mesma Senhora servida mandar para Físico-Mór desta Capital ao Doutor José Pinto de Azevedo, depois de certificada da sua Instrução em Medicina e igualmente na Prática, que colheu nas melhores e maiores Academias da Europa, impondo ao mesmo a obrigação de abrir Aula de Medicina Prática, com Instruções Anatômicas, em benefício de todos aqueles que quizerem seguir a Profissão:

Os quais se alistarão perante o mesmo Físico-Mór, ficando obrigados às horas determinadas para as Lições da mesma Aula e Visitas ao Hospital, de cujo exercício qualquer sujeito dependerá, para obter Aprovação e poder usar da sua Arte neste Reino:

E qualquer Pessoa, que por curiosidade queirá assistir à Prática de umas Matérias, em que tanto interessa à Humanidade, será recebida com distinção, tendo-se amanhã, que há-de ser 11 do corrente, às quatro horas da tarde, de dar princípio a êste importante Estabelecimento, com a Oraçãc-de-Abertura que se recitará na Sala do mesmo Hospital Real

Pelo que, MANDO: que êste se publique a Som-de-Caixa, para que chegue a notícia a todos, sendo por mim assinado e selado com o sêlo de minhas Armas.

Sam-Paulo da Assunção, a 10 de Setembro de 1791.

Joaquim José da Silva, Capitão-Mór, Encarregado do Expediente da Secretaria do Estádio, o fez escrever.—*Manuel de Almeida e Vasconcelos.*

Da freqüência de alunos e da duração dêste útil Estabelecimento científico, presentemente não temos aqui mais qualquer informação nos nossos verbetes.

Quando pudermos, havemos de continuar com as nossas investigações...

Presidio de MUXIMA

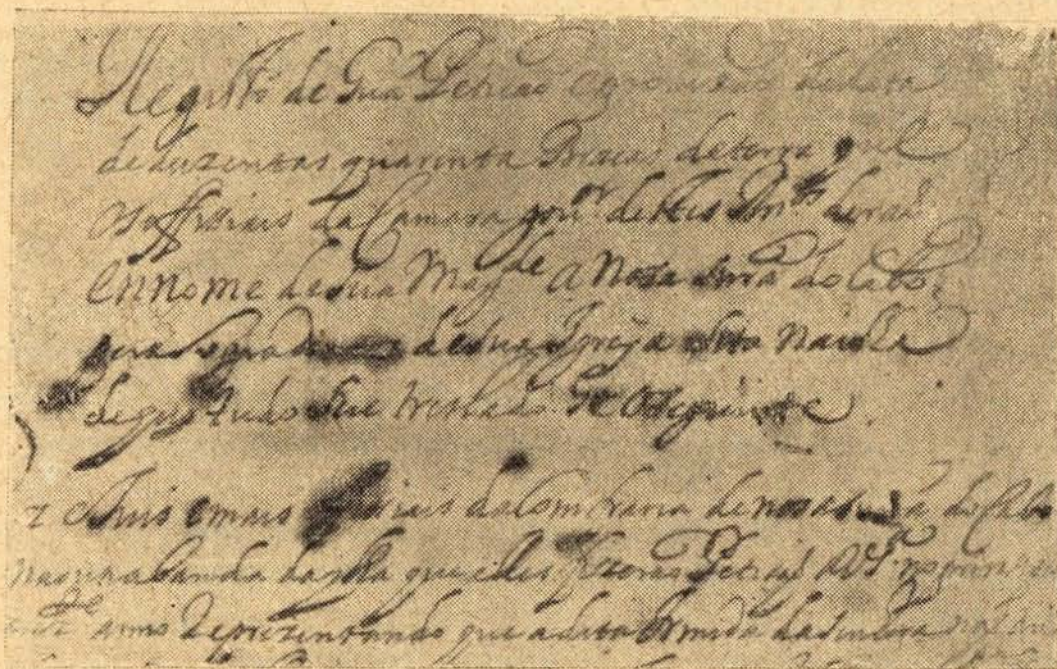
Set./1932

Padre RUELA

HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA

A Ermida de Nossa Senhora do Cabo da Ilha-de-Luanda (1669)

Secção dos Manuscritos da Biblioteca Municipal de LUANDA,
livro 7.399, às fls. 133, v. e seguintes.



«Fac-simile» do cabeçalho do Documento

REGÍSTO DE UMA PETIÇÃO DE DATA DE DUZENTAS E QUARENTA
BRAÇAS DE TERRA, QUE OS OFICIAIS DA CAMARA, GOVER-
NADOR DÊSTES REINOS, DERAM EM NOME DE SUA
MAJESTADE À NOSSA SENHORA DO CABO, PARA
LOGRADOURO DE SUA IGREJA, SITA NA ILHA,
DE QUE TUDO SEU TRESLÁDO É O
SEGUINTE:

—Diz o Juíz e mais Officiaes da Confraria de Nossa Senhora do Cabo, sita na outra banda da Ilha, que êles fizeram Petição à V. Senhoria no princípio dêste presente ano, representando que a dita Ermida da Senhora não tinha logradouro nem chãos, no sítio

em que estava, em que se pudessem fazer obras e que servissem para os serviços da Senhora e porque, no dito sítio, para a banda dos coqueiros dos R. R. Padres da Companhia-de-Jesus, há devoluto um pedaço de terra até chegar à testáda e chãos do capitão Tomás Filgueira Bultão,—pediam à V. Senhoria o desse para a dita Confraria e Ermida da Senhora, o que V. Senhoria foi servido conceder por despácho seu; e, porque se perdeu a dita Petição e Despácho, querendo-se tomar posse da dita terra por parte da Senhora, e visto V. Senhoria ter concedido êste serviço e esmóla à Virgem Nossa Senhora.

—Pede à V. S. lhe faça mercê conceder-lhe novamente a dita terra de sua Ermida até à testáda sobredita, para serviço da Senhora.

E. R. M.

—Passe-lhe Provisão na fórma que pede, não prejudicando a terceiro e ao bem comum.—Sam-Paulo, 14 de Agosto de 1669.—Marques.—Estrada.—Filgueira.—Gouveia.—Mendonça.—Ferreira.

—O Senado da Câmara desta Cidade de Sam-Paulo da Assunção, governador e capitão general dêstes Reinos de Angola, por sua Majestade:

Faço saber aos que esta minha Provisão e Carta de Doação de Terras virem: que, havendo respeito ao que na Petição atrás escrita dizem o Juíz e mais Officiais da Confraria de Nossa Senhora do Cabo, sita na outra banda da Ilha,—Hei por bem, para serviço da dita Senhora, fazer mercê, em nome de sua Majestade, de um pedaço de terra, que está devoluto na dita Ilha e corre da Ermida e Cása da Senhora para a banda dos coqueiros dos R. R. Padres da Companhia-de-Jesus até chegar à testáda e chãos que são do capitão Tomás Filgueira Bultão, o qual pedaço de terra lhes dou em nome de sua Majestade, estando devoluto e não prejudicando a terceiros, nem ao bem comum, por muito fazer serviço à dita Senhora do Cabo, em razão de sua Ermida ter logradouros e chãos em que se possam fazer obras, e isto para sempre, de hoje para diante e, como suas próprias e da mesma Senhora poderão vender, aforar e alhear a dita terra como cousa sua própria que

são, com a obrigação de que a dita Confraria aproveitará o dito pedaço de terra dentro de 5 anos e haverá confirmação de sua Majestade, sob péna de ficar vago e devoluto, e as serventias, lenha, pasto e água ficarão livres conforme ao capítulo do Regimento cujo teor *de verbo ad verbum* é o seguinte:—

Sabereis quais são as terras que estão dadas e quem as deu e que poder tinha para isso e quem as possui, porque sou informado que foram dadas algumas a pessoas para edificarem e o não têm feito, sendo passado o tempo em que o haviam de fazer e estão devolutas, o que é causa de a povoação não se ampliar e ennobrecer; e, achando-se algumas terras desta qualidade, provereis sobre elas como vos parecer; e as que não tiverem dono, repartireis por pessoas beneméritas, com obrigação de as cultivarem e aproveitarem dentro em 5 anos e haverem confirmação minha; e, não as aproveitando dentro do dito tempo ou não havendo a minha confirmação, as havereis por vagas e as podereis dar a outras pessoas com as mesmas obrigações.—

Pelo que mando, ao que tocar de sua Majestade que ora são e ao deante forem, lhe deixem ter e possuir a dita terra sem a isso lhe pôrem dúvida nem embárgo algum; e ao Procurador-da-Fazenda que lha mande medir, demarcar pelo medidor da Cidade e lhe dê a posse dela à dita Confraria de Nossa Senhora do Cabo, e da dita medição, demarcação e posse lhe mande passar um instrumento assinado por eles Officiais e testemunhas que estiverem presentes, que ficará por guarda e conservação e seu serviço à dita Confraria e esta se registará no Livro dos Registos das Provisões deste Senado da Câmara desta Cidade, para, a todo o tempo, constar que lhe fiz mercê, em nome de sua Majestade, do dito pedaço de terra.—Dada nesta Cidade de Sam-Paulo da Assunção, com sinal e sêlo deste Govêrno, aos 16 dias do mês de Agosto de 1669. E eu, Diogo de Azevedo, secretário destes Reinos, a fiz.—*João Marques de Almeida.—Antônio de Estrada.—João de Gouveia.—Tomás Filgueira Bultão.—Henrique de Mendonça.—João Ferreira da Maia.*

Provisão e Carta de Doação, porque V. Senhoria, em nome de sua Majestade, fêz mercê à Confraria de Nossa Senhora do Cabo, sita na sua Ermida da outra banda da Ilha, por serviço da dita Senhora, de um pedaço de terra que corre da dita Ermida até à testáda e chãos do capitão Tomás Filgueira Bultão, pelos riscos nela declarados.—Para V. Senhoria ver.—Registada no Livro II da Secretaria dêste Reino, à f. 175.—Sam-Paulo da Assunção, 16 de Agosto de 1669.—Azevedo.—Telo.

Auto de Posse

Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1669, aos 25 dias do mês de Agosto, nesta Cidade de Sam-Paulo da Assunção, Reinos de Angola, na dita Ilha, no sítio de Nossa Senhora do Cabo, onde eu Escrivão fui e bem assim o Procurador da Fazenda-Real o capitão Lourenço de Andrade Colaço, a requerimento dos Mordomos da Confraria de Nossa Senhora do Cabo, compareceu Francisco Nunes, tesoureiro da mesma Confraria e por êle foi dito ao Procurador-da-Fazenda que, na fôrma da Provisão junta dos Officiais da Câmara, Governador-Geral dêstes Reinos, o metesse de posse das terras que se davam para a Igreja da Senho-

ra para a parte dos coqueiros dos R. R. Padres da Companhia, muito antes de chegar à testáda e terras do capitão Tomás Filgueira Bultão, 240 braças, e no fim delas se meteu um márco de pedra; das quais o dito Tesoureiro, em nome dos mais Mordomos da Confraria, tomou posse real e actual, dizendo uma

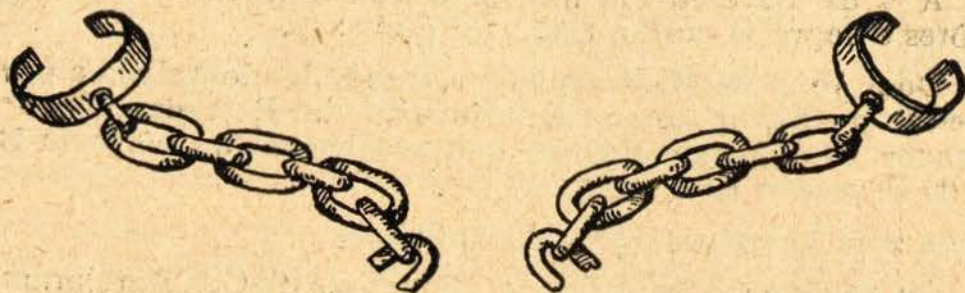


Igreja actual da Paróquia de Nossa Senhora do Cabo

e muitas vezes: se havia pessoa ou pessoas que lha impecesse, porquanto tomava delas posse na fôrma da Provisão; e, por não haver impedimento, nas ditas 240 braças de terra na dita Ilha o houve o dito Procurador-da-Fazenda por metido de posse e comigo Escrivão assinou e com as testemunhas, que pre-

sentas estavam, padre Manuel Borgues e João Nunes. E eu, Miguel Rótia Borgues, escrivão da Câmara o escrevi.—Lourenço de Andrade Colaço.—Padre Manuel Borgues.—João Nunes.—Miguel Rótia Borgues.—E não dizia mais a dita Petição e Provisão de terras e posse delas que o que neste Registo se contém, que do próprio aqui registei bem e fielmente, a que me reporto.—Nesta dita Cidade, primeiro de Setembro de 1669 anos.—Miguel Rótia Borgues, escrivão da Câmara, a escrevi.—Miguel Rótia Borgues.

Nóta do p. R.— A Igreja da Ilha-de-Luanda foi elevada à categoria de Paróquia pelo bisbo dom Joaquim Moreira Reis, por Provisão de um de Setembro de 1854, a pedido do Comandante Joaquim Eugénio Ferreira e mais Moradores. (—Livro 22 da Câmara E. de Luanda, á f. 108. —*Boletim Oficial*, número 466 de 1854.—)



1640

PRIMEIRO DE DEZEMBRO

Os Holandeses contra os Portugueses

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA MILITAR DO CONDOMÍNIO PORTUGUÊS
E HOLANDÊS EM ANGOLA

(1641-1648)

(Continuação da página 148)

3—A Restauração nas Ilhas e Colónias

ESTABELECIDO El-Rei dom João IV na posse do Reino, faltava-lhe, para o lograr como os seus Antepassados, ser obedecido nas dilatadas Conquistas que domina Portugal...— assim diz o Conde-da-Ericeira na sua *História de Portugal Restaurado*.

Em fins de Dezembro, circularam de bôca em bôca, no pôrto de Funchal, os primeiros rumores da Restauração, por via de um navio inglês que fôra de Cádiz para as ilhas Canárias, mas só no dia 11 de Janeiro de 1641 é que as Autoridades proclamaram a Independência, com tôdas as solenidades cívicas e religiosas.

No dia 5 de Fevereiro, fizeram o mesmo os moradores da ilha de Pôrto-Santo.

A 7 de Fevereiro, a notícia consoladora também chegou aos Açores e depressa correu todo o arquipélago.

Dom Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão e primeiro vice-rei do Brasil, teve conhecimento da Restauração por uma pequena caravêla de Lisboa, que ali chegara ao pôrto da Baía a 15 de Fevereiro de 1641.

A 2 de Agosto, chega a Moçambique.

De 11 a 20 de Setembro, os moradores de Goa festejaram com ardor o grato acontecimento.

Em Macau, foi el-rei dom João IV aclamado em 30 de Maio de 1642, e, a seguir, nas mais praças do Oriente; por onde os holandeses nos faziam guerra comercial, principalmente.

4 — As festas em Luanda

No nosso estudo, vamos seguir, na sua singeleza, as páginas que nos deixou António de Oliveira de Cadornega no primeiro Livro ou Tômoo da sua valiosíssima *História General das Guerras Angolanas* ou seja o capítulo VI da primeira parte—*Festejos da aclamação de dom João IV*.

De Agosto de 1641 a Agosto de 1648, o patriotismo português esteve à maior próva, que se conhece e regista nas páginas da *História-de-Angola*.

5—Razões da expedição holandesa contra Angola

A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS, EM 1636, nomeou, pelo espaço de 5 anos, governador do chamado Brasil Neerlandês ou Holandês o conde João Maurício de Nassau, que, por sua vez, era um fidalgo que já tinha dado boa cõta de si na política e na guerra.

A sua esfera de acção estava marcada num bem traçado regimento com noventa e nove artigos, muito úteis e progressistas.

Bem acompanhado de ajudantes ou secretários capazes de dar boa e garantida execução às suas ordens, o Conde-de-Nassau deixou o pôrto de Texel em 25 de Outubro de 1636; teve de demorar-se mais de um mês em Inglaterra, no pôrto de Porstmouth,

a consertar as avarias de uma tempestade, que apanhou as embarcações no canal da Mancha; refrescou durante os seis primeiros dias do ano de 1637 na ilha do Maio, no arquipélago de Cabo-Verde; e, com feliz viagem, desembarcou a 23 de Janeiro no meio das sálvas das fortalezas, sendo recebido com júbilo por tóda a população: assim diz um escritor holandês:

Em verdade, com a sua autoridade e sabedoria e zêlo, o Conde-de-Nassau impôs ordem e moralidade em todos os negócios polfticos e commerciaes e religiosos.

Com a dáta de 23 de Fevereiro de 1641, a Companhia das Índias Ocidentais e os Estádos-Gerais de Holanda pediram ao Conde-de-Nassau *que se conservasse no govêrno, depois de findos os cinco anos de sua nomeação.*

A 12 de Junho de 1641, foi assinado na Haia o tratádo de tréguas e cessação de hostilidades entre el-rei dom João IV e os Estádos-Gerais das Províncias Unidas dos Países-Baixos, ratificado em 18 de Novembro do mesmo ano.

Embora esta matéria pertença à segunda páрте, aqui só citamos o que nos é indispensável para a fácil comprehensão dos factos que temos de narrar.

—O interêsse mercantil, cujo instinto raras vezes se engana, revelou apreensões a respeito dêste armistício. As acções da Companhia das Índias Ocidentais de 128, no mercádo; logo baixaram a 114. O Conselho-dos-Dezanove optou pelas opiniões belicosas; e, nada escrupuloso àcêrca da escólha dos meios, ordenou a Maurício que empreendesse algum feito lucrativo antes da conclusão da paz.—

Se a memória não nos engana, Maurício empreendeu a conquista de Angola por sua cõta e risco, e antes de receber esta ordem ou imposição lá da Holanda: lémos isto em Varnhagen ou outro escritor brasileiro, mas não o podemos agora aqui de pronto averiguar, porque tal verbete anda perdido e só nos vai apparecer... quando já dêle não precisarmos.

Mas... fôsse como fôsse, o Conde-de-Nassau resolveu invadir ou occupar a costa occidental da A'frica, tanto por ser o principal mercádo dos escravos pretos, sem os quaes a cultura da cana de açúcar era impossivel, como porque a occupação dêstes territórios não podia servir de obstáculo à conclusão da paz, por se ignorar oficialmente: se a Colónia

ainda obedecia à Espanha; e, em todos os casos, porque as minas de ouro do Peru sem os escravos teriam de suspender a exploração...

Até aqui temos contado factos holandeses; mas, para acompanhar esta narração, vamos agora também contar factos portugueses do Brasil.

Em 1640, chegou ao Brasil, ou à cidade da Baía então capital, dom Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, com o título de primeiro vice-rei.

Como já dissemos, em 15 de Fevereiro de 1641, dom Jorge teve ali conhecimento da restauração de Portugal; logo tratou de aclamar dom João IV e apressou-se a fazer tal participação aos Holandeses.

—Fez o Conde-de-Nassau tôdas as demonstrações de alegrias, celebrando em Pernambuco custosas festas de cavalo, em que os naturais levaram quasi todos os prêmios, porque, além da pericia, que têm daquela arte, os animou muito esta nôva, fazendo-os avantajarem-se a todos os estrangeiros, posto que fôsem também destrissimos na cavalaria. Nassau enviou à Baía um dos membros de seu Conselho a dar o parabém de tam aplaudido acontecimento ao Marquês Vice-Rei, a tempo em que já se achava jôra do govêrno; e fez-se esta cerimónia com os três Governadores...

6—Expediitio in Angolae regnum sub Iolo

No dia 24 de Dezembro de 1640, faleceu em Lisboa Vasco Fernandes César, pai do governador Pedro César de Menezes, e a triste notícia chegou à cidade de Luanda em principio de Agosto de 1641, juntamente com a alegre notícia da restauração ou independência de Portugal.

Cumprido o nôjo familiar e abreviado, Pedro César com o Senado da Câmara e pessoas principais marcaram e executaram festas importantes para comemorar um facto nacional tam desejado e consolador.

Luanda, alegre e descuidada e cheia de novas esperanças, punha esmêro e brilho nas suas manifestações patrióticas...

—No Reino-de-Angola assistia Pedro César de Menezes: tanto que lhe chegou a notícia da aclamação de El-Rei dom João IV, não dilatou entregar-lho com todos os logares, que naquela parte estavam à sua ordem.—

Foi, pois, no meio das festas da aclamação de dom João IV que no mar se avistaram as naus invasoras, em número de dezoito...

Continuemos com a narração do dom Luís de Meneses, na sua *História de Portugal Restaurado*, que aqui temos na nossa mesa de trabalho.

—Enquanto na Europa se pelejava com os Castelhanos, haviam os Holandeses na América posto todo o cuidado em aleantar cavilosamente a sua fortuna. Constatou ao Conde-de-Nassau que era partido o Marquês-de-Montalvão e, vendo-se livre do obstáculo que lhe fazia o seu prudente governo, dando-lhe maior confiança a pouca atenção dos três Governadores, que tam injustamente haviam preso o Marquês, e juntamente interpretando a favor de seus interesses as capitulações que Tristão de Mendouça havia feito com os Estâdos—preparou uma armáda de 20 navios com 2.000 infantes e 200 índios brasileiros e fazendo general ou comandante dela um corsário chamado Jolo, a quem a falta de uma perna havia dado a alcunha de Pé-de Pau, e lançando voz que esta armáda ia esperar a frota das Indias de Castela,—mandou interprender a cidade de Sam-Paulo de LUANDA, cabeça das povoações que El-Rei de Portugal é senhor no Reino-de Angola.

Governava esta parte da Africa, naquele tempo, Pedro César de Meneses. Eram grandes as utilidades que os Holandeses conseguiam na conquista de Angola, sendo a principal:—levarem para o Brasil pretos, que habitam aquele distrito, para servirem na fábrica dos engenhos de açúcar, infrutuosa sem a assistência e trabalho destes brutos racionais...

Caspar Barlaeu, escritor holandês, narra estes factos desta maneira, e tem muita ou tôda a autoridade:

—*Iölus, magnorum semper facinorum administer, classe navium viginti, nongentis instructa classiariis, bellatoribus bis mille, brasilianis ducentis, cum Hindersonio propraefecto, in Africam navigavit...*—

Tradução:—Jolo, sempre herói de grandes façanhas, numa armáda de vinte navios, composta de nove centos marinheiros, com dois mil soldádos combatentes, com duzentos brasileiros e sob o comâdo do general Hinderson,—navegou para a África...

Um outro escritor, também holandês, não deixa de ser curioso e por isso aqui vamos dar também o seu trecho:

—*Outra expedição, de muito maior alcânce, foi empreendida contra a província de Angola, na costa da Guiné-Inferior. Angola era a principal região onde os portugueses se abasteciam de escravos, exportando regularmente por ano para cima de 15.000 africanos para o trabalho agrícola no Brasil. Enormes cabedais eram adquiridos pelos traficantes neste*

negócio... *Esplêndidas igrejas e alguns conventos ornavam a cidade de Sam-Paulo de Luanda, ao mesmo tempo empório comercial e praça de guerra não longe da foz do rio Quanza.*

Em fins de Maio de 1641, zarrou de Pernambuco, comandada pelo almirante Jol, uma esquadra de 20 navios, levando a bordo 2.200 soldados sob as ordens de Hinderson...

7—A armáda holandesa à vista de Luanda

Não vale a péna ou trabálho tentarmos aqui escrever algumas páginas nossas ou arrancadas da nossa cabeça: António de Oliveira de Cadornega, que assistiu à invasão, arquivou a tragédia dum modo singular e expressivo.

—Em 22 de Agosto de 1641, por cima da fortaleza de Sam-Fernando da barra da Curimba, appareceu uma armáda, da qual mandou logo aviso à cidade o capitão, que então era António Marcos. Da fortaleza, com a sua artilharia, fez alguns tiros às embarcações, que vinham mais chegadas à terra, por conhecer pelas bandeiras que era armáda inimiga.—

Por sua vez, o governador Pedro César de Meneses tomou logo as possíveis providências e com 250 homens marchou para o sítio do Penedo e enseada da Caçandama na praia. A mais gente da ordenança foi, sob as ordens do sargento-mór João de Sousa, pelos áltos ou musseque...

8—O corajoso e prudente bispo dom Francisco do Sovral

Sem desmerecer ou tirar ao bispo dom frei Simão e Mascarenhas a sua fama justa e o seu patriotismo valente, também dom Francisco do Sovral provou a sua coragem e serenidade, em presença ou na frente do perigo.

Aqui vai o trecho de Cadornega, que, na sua singeleza encantadora, nos dispensa as... flores da...retórica:

—Para dar calor a esta gente que defendessem a terra, foi em sua companhia aquele bom e fiel prelado dom Francisco do Sovral, acompanhado de muita clerezia e creádos de sua casa, não pondo por diante sua velhice, levando seu arcabuz a seu lado, para, com isso, dar bom exemplo aos mais.—

9—O desembarque dos holandeses

Como vamos provar, os holandeses não entraram pela Barra da Curimba, embora isto repitam certos escritores fantasistas...

—O inimigo se veio chegando em 23 de Agosto com a sua armáda à ponta da Ilha-de-Luanda, a qual constava de dezoito naus, muitas delas tam possantes que julgavam alguns, que não tinham tanto conhecimento, que eram galiões de Espanha ou armáda castelhana.

Em 24 de Agosto (que foi dia do bem-aventurado apóstolo Sam-Bartolomeu que parece—por castigos e peccados que tinha que purgar Angola e seus habitantes—se soltou o Diabo que tem aos pés), esteve pela manhã o inimigo à-cápa, parece tomando conselho do que haviam de fazer, e, logo, foram entrando e prolongando-se da ponta da Ilha até defronte da Caçandama, fechando-nos o pôrto, para que não pudesse sair nenhuma embracação nossa para fóra.

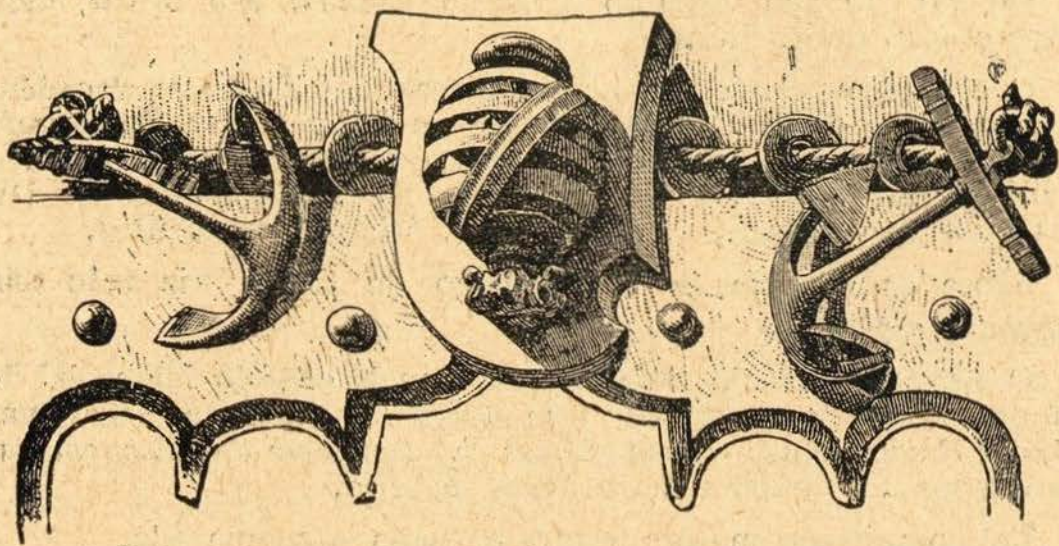
Desta sorte, deram fúndo assim prolongados e, em continente, saíram as suas lanchas e batérs cheios de gente e rumaram à terra para a enseada da Caçandama....

Protegidos pela sua artelharia, em formigueiro, subiram pelas barrocas para o álto...

Na verdade, a gente holandesa sabia defender-se... do nosso fogo e depois se averigou que traziam, na sua companhia, pessoas práticas e que conheciam bem o nosso pôrto, a cidade, as suas fortalezas, arredores e veredas.

Duas naus holandesas tinham ficado em Sam-Filipe de Benguela-a-Nova; por isso Cadornega não está em êrro, quanto ao número—dezoito.

(Continua)



A Tentação do Mar

A AVENTURA DAS NAVEGAÇÕES FICA CLAMANDO QUE A GRANDEZA DE UMA NAÇÃO NÃO DEPENDE SÓ DA RIQUEZA E DA PROSPERIDADE COMERCIAL, MAS DEPENDE PRINCIPALMENTE DOS COSTÚMES E DOS CORAÇÕES FORTES DE SEU POVO.

Dr. Luís de Almeida Braga

Com licença...



SÔBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA NOSSA POLITICA colonial e sôbre as razões profundas da nossa decadência — não conhecemos estudo mais positivo do que o que nos deu o então lente da Universidade de-Coímbra rev.^{mo} sr. dr. Manuel Gonçalves Cerejeira — hoje eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, no seu livro *Clenardo*, 1926, às ps. 149-221, para onde remetemos os nossos Leitores que não são... *miopes*.

À p. 217, até se refere ao episódio do Velho-do-Restêlo do nosso imortal poeta Luís de Camões.

A êste mesmo assunto, que realmente tem um carácter simbólico, o Sr. Dr. Afrânio Peixoto, brasileiro ilustre, faz ou dá, nas

ps. 181-201 do seu mimoso livrinho *Camões e o Brasil*, uma interpretação muito justa.

Quem quiser profundar bem o mecanismo da nossa decadência e os males de raiz ou causas substanciais e acidentais, primárias e secundárias, próximas e remotas,—tantas e tais elas são,—encontra no tómo III da *História de Portugal* do Sr. Dr. Fortunato de Almeida, ás Ps. 566-608, ótimos documentos.

Sobre os negócios da Índia, Diogo de Couto diz tudo *com singular isenção*.

O Sr. Dr. António Sérgio, com aquele critério imparcial de grande mestre e pensador, que ninguém lhe pode negar, nas *Nótulas Preambulares* e nas *Nótas à Antologia dos Economistas Portugueses...* também trata desta matéria.

Tal compilação merece leitura pensada e comparada.

Aqui em Angola, todo o funcionário público, desde o modestíssimo chefe de-pôsto até a elevado governador-de-distrito, cada um de nós na sua esfera e responsabilidade,—nós todos devíamos conhecer êste Livro e praticar a sua benemérita doutrina.

É de uso dizer-se que à anexação de Portugal á Espanha, em 1580, se deve a perda do império ultramarino português; e num sentido é verdade isto, porque a guerra, que a nação nossa vizinha debatta por êsse tempo com as Províncias-Unidas de Holanda, envolveu-nos a nós em um pleito, a que éramos alheios. Não é menos verdade, porém, que, se esta é a causa imediata, não é por forma alguma a causa principal... (—OLIVEIRA MARTINS—O Brasil e as Colónias Portuguesas—à P. 34 da edição de 1920, Lisboa, Parceria.)

O Sr. Dr. António Serras Pereira, no seu livro *Portugal na História da Civilização*, Lisboa, 1928, apresenta também páginas soberbas sobre os factores que causaram a decadência colonial de Portugal, factores que ainda hoje, infelizmente, são tolerados...

Mas... uma consolação podemos ter:

—“O mar, é certo, devorou-nos, mas a nossa ruína foi o preço do maior acto da CIVILIZAÇÃO nes tempos modernos”.

Garcia da Orta afirma, em 1563, nos seus «Colóquios» *que se sabe mais em um dia agora pelos Portugueses do que se sabia em cem anos pelos Ramanos*.

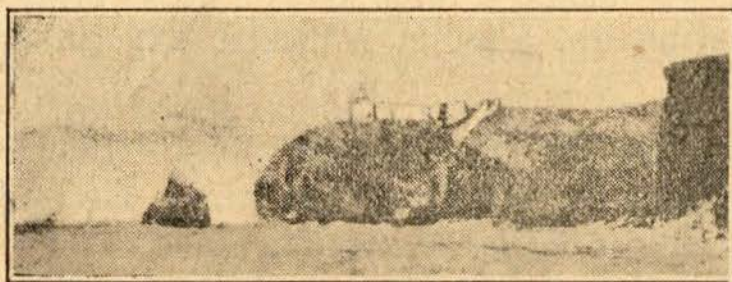
(Continua)

Padre RUELA

Escola de Sagres

I—Existiu:

A fim de promover a execução do seu vasto plano de descobertas, e melhorar os conhecimentos das ciências necessárias à navegação, escolheu o Infante-dom-Henrique para sua moráda, em 1419, depois que voltou de Seuta, a posição vantajosa do cabo de Sam-Vicente (o



A Ponta-de-Sagres

Sacrum Promontorium dos antigos), onde edificou a vila, a que deu o nome de Terça-Naval, chamada hoje Sagres, em uma pequena enseada que lhe

serve de pôrto e oferece abrigo aos ventos dominantes do verão. Ali erigiu o primeiro observatório que viu Portugal e não sei se a Europa; e no seu próprio palácio estabeleceu uma ESCOLA de matemáticas, de náutica e de geografia, para organizar a qual chamou sábios nacionais e estrangeiros, com vantajosos partidos, entre êles o mestre Jáime, de Maiorca, famoso pelos conhecimentos nas ciências auxiliares da navegação, que vinha ensinar, e na construção de cartas-geográficas, que a ESCOLA-DE-SAGRES converteu depois em cartas geográficas planas, por não servirem aquelas para o úso da navegação...

(QUINTELA—*Anais da Marinha Portuguesa*, I tómo. p. 44.)

II—Não existiu:

Se tivesse existido algum dia a fantasiosa ESCOLA DE SAGRES, certamente ela teria continuado e progredido, e fôra um crime extingui-la, mas, como ela só teve nascimento na imaginação de alguns escritores muito modernos, ninguém podia conservar o que nunca havia tido existência.

A escola do piloto era o navio...

A instrução dos marítimos, dêsse tempo, era feita, como em tôdas as marinhas existentes, a bordo.

O mais velho ia ensinando o mais moço e dessa prática e viagens saía o marinheiro, o piloto, o mestre experimentado e audaz...

(BRITO REBELO—Na Introdução ao *Livro de Marinharia de João de Lisboa*, 1898, Ps. XXXI e XLI).

III—Conclusão:

Todos têm razão em parte:

—Desde o início, os nossos descobrimentos marítimos tiveram a impulsioná-los a figura colossal do grande Infante-dom-Henrique, que transformou Sagres, não numa escola de navegação, mas ainda numa ESCOLA COLONIAL.

(Dr. CARLOS FRANÇA—na *Revista de História*, XV volume, P. 40.)

—Rodeou-se também o Infante-dom-Henrique, segundo se crê, de sábios estrangeiros, versados na astronomia, na cartografia e na arte de navegação e, só neste sentido, e tendo em vista que o Infante passeou largas temporadas em Sagres, ou nas proximidades, se pode falar numa «escola de Sagres.»

(PAULO MERÊA e DAMIÃO PERES — «*História de Portugal* » 1921, à pàg. 109.)

A Censúra Racional

Pelo Sr. Dr. Jáime Cortesão

Lembremo-nos que a *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné* foi escrita exactamente no período em que Castela não só nos disputava os direitos à conquista da Guiné como enviava os seus navios ao respectivo comércio, e precisamente no ano anterior àquele em que o Pápa sancionava com uma bula o monopólio do Infante.

Vimos que as Crónicas se aduziam como argumento de posse em pleitos internacionais.

A *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné* foi encomendada em 1452 e escrita à pressa sôbre um trabalho anterior, muito mais minucioso, de Afonso de Cerveira, segundo o depoimento do próprio Zurara.

E' de notar que a mesma expressão—*conquista de Guiné*—que figura no título da obra, mais que a uma realidade bélica, pois não houve conquista no sentido estrito da palavra, corresponde a um intuito político.

Creemos, pois, que a *Crónica* foi adrede fabricada para servir no pleito com Castela, que o Pápa em Janeiro de 1454 decidia a favor da coroa-Portuguesa.

Deturpada já no original, foi possivelmente sujeita à Censúra do Infante, que eliminou dela tudo o que ainda não convinha revelar-se.

(Na revista—LUSITÂNIA—Janeiro de 1924, P. 79.)

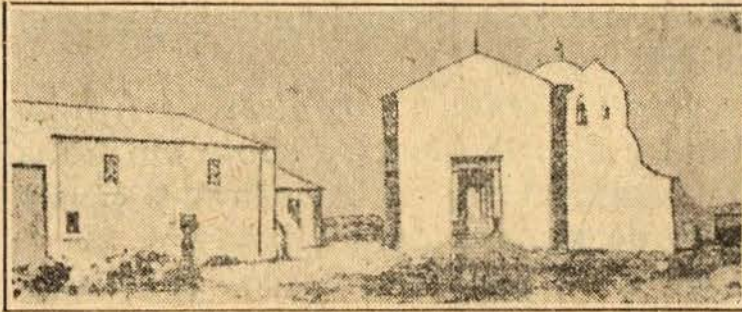
Nóta do p. R.—O Sr. Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, da Faculdade de Letras da Universidade-de-Coímbra, num folheto de 46 Ps., 1926, discute também este assúnto e diz que a *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, além de truncada, está acrescentada e até alterada ou deturpada lamentavelmente, não sendo as alterações ou intercalações, que ela sofreu, do punho de Zurara mas de qualquer arranjador, e suspeita de Tomé Lopes de execranda memória ou dum seu oficial.—Rigorosamente, este assúnto não pertence ao nosso plano de estudos coloniais angolanos...

As duas políticas: a Utilitária e a Idealista

Por H. LOPES DE MENDONÇA

Seuta é, nos fastos nacionais, uma encruzilhada. Por dois caminhos alonga o Infante-dom-Henrique o seu olhár de vidente, ao encontrar-se nessa exígua península que reparte a vaga atlântica, turva ainda de mistérios,

da onda azul do Mediterrâneo, espelhada de civilização.



Ruínas da Terça-Naval de SAGRES

Dois destinos se antolham à pequena grei que ousa encetar a nova e definitiva cruzada.

A política prática aconselha a que se aperte Marrocos numa cínca de ferro até espremer dêsse solo feraz a abastança e substituir pelo benefício do tráfico as devastações da pirataria barbaresca. E' este propósito utilitário tem contudo a santificà-lo o fero antagonismo de crenças. E' esta política de imediato interêsse material que—fomentando a expansão da raça pelas vizinhas regiões de A'frica, lançando mão de um inexgotável celeiro que entesta com o litoral fronteiriço, desafogando os mares territoriais para o comércio pacífico,—poderá chamar-se a política nacional.

A outra, que se abre deante dos alvoraçados aventureiros, é a política mundial, aquela que, dada a desproporção entre os recursos e as aspirações, só pode caber em cérebros sonhadores.

E' a lúta peito a peito com o Mistério, temerosa como o combâte de Israel contra o Anjo.

E' o desafio lançado ao MAR-TENEBROSO, aos monstros das Terras-Ignotas, ao fogo devorador dos Trópicos, a tôdas as pavorosas quimeras da velha geografia . . .

Entre estas duas tendências, Portugal não escolheu. Resolutamente, adoptou-as a ambas.

Assim, das duas políticas derivadas de SEUTA, foi a do interêsse prático e próximo a que baqueou primeiro, a menos dois séculos dos seus fundamentos.

A outra, a política idealista, alcançou por nm momento o fabuloso *desideratum*.

O pequeno PORTUGAL chegou a ser a primeira potência naval do Mundo, LISBOA—o maior empório do comércio da Terra.

Mais târde, dissipada essa fulgente auréola, o oiro e diamantes do BRASIL foram matérias primas de nosso diadema.

E . . . ainda hoje, após mais de três séculos de decadência, nos restos opulentos do poder imperial encontra o mais sólido dos seus amparos—a NAÇÃO PORTUGUESA.

(*Boletim da Sociedade de G. de Lisboa*, 33ª série, ps. 243-247.—No Boletim de 21 de Agosto de 1915, ps. 89-92.)

Os dois interêsses: o espiritual e o temporal

Pelo CARDEAL SARAIVA

Bem sabemos: que alguns escritores, incapazes (ao que parece) de conceber ideia alguma generosa, pretendem persuadir-nos o que zêlo religioso dos Reis Portugueses não era mais que um pretexto, com que êles disfarçavam o principal intênto de aumentar o seu poder, ampliar os seus estâdos e colher os interêsses do comércio.

Nós pudéramos refutar êste pensamento com muitas daquelas razões, em que costumam estabelecer-se os factos mais bem averiguados da história. Contentar-nos-emos, porém, de responder com as palavras de um escritor português judicioso: — *Concedam nos (diz êle) que o zêlo da religião era um dos motivos, que dirigiam os nossos Reis nos seus descobrimentos, e nós lhes concederemos: que não era o único.*—

Os Reis de Portugal não eram . . apóstolos nem missionários: não tinham, pois, obrigação nem missão alguma especial para irem levar o Evangelho a nações bárbaras, infiéis, desconhecidas e remotas e, por tal, não admira que com o zêlo da religião, que certamente os animava, misturassem a consideração dos interêsses nacionais; e que, intentando trazer aqueles povos ao Cristianismo e Civilização, se lembrassem também de, por êste meio, assentarem com êles, mais fácil e seguramente, comunicação, comércio, amizade e interêsses recíprocos.

¿Haverá por-ventura neste procedimento alguma coisa que mereça a censúra das pessoas justas e imparciais?

(Obras Completas, tómo V e página 273).

Com a licença da Autoridade Eclesiástica

Visado pela Comissão de Censúra

COMPOSTO E IMPRESSO
na TIPOGRAFIA MINERVA
* LUANDA *

Agradecendo, pois, a atenção e hõnra que teve para este Clube, em seu nome rogo: me creia, com os protestos de consideração a mais elevada, de V.^a Ex.cia

Atento, Venerador e Obrigado :

O Presidente da Direcção :

(a) *César Augusto da Silva Tôrres.*

8.)

Quis o Reverendo Padre Manuel Ruela Pombo oferecer-nos o primeiro número da revista *Diogo-Cão*, de que é director, redactor, administrador, editor e proprietário.

Tantos são e tam sobejamente se conhecem os seus magníficos trabalhos de investigação histórica de Angola.

Mas não se deixou ficar por aí o Reverendo Padre Ruela.

Vem, com mais esta manifestação do seu saber e erudição, aumentar o prestígio de que tem gozado, tornar maior nossa admiração pela sua pertinácia e inteligência.

O referido primeiro número da revista, que temos presente, insere os seguintes capítulos: *Diogo-Cão* e os 4 *Padrões*, *Fortalezas de Luanda*, *Catálogo dos Governadores de Angola*, *Monumentos & Arquivos*, *História Eclesiásticas*, *Medicina Tropical* e *Juramento da Constituição*, em Luanda, pelo Clero, a 19 de Junho de 1823.

Agradecendo a gentileza e têrmos cativantes da sua oferta felicitamos o Reverendo Padre Ruela e os seus ilustres Colaboradores, fazendo votos pelas prosperidades da revista e bom acolhimento que do Público merece.

(De—O *Intransigente*—de Benguela, em 6 de Abril de 1932.)

9.)

Recebemos e agradecemos o número 1 da I série da revista *Diogo-Cão*, da direcção e edição do Rev. Manuel Ruela Pombo.

Só o nome do seu director é garantia de um grande proveito, na publicação, que, sendo de tiragem reduzida a 1.000 exemplares, deverá excitar o interesse da aquisição por parte de todos os Colonos de Angola.

É dividida em várias secções, escrita em bom estilo, de cuidada investigação histórica, e expendendo ideas com muita independência.

Desejamos-lhe longa vida e agradecemos o exemplar enviado.

(Do quinzenário—*Mossâmedes*—de 9 de Abril de 1932.)

Nóta do p. R.—A grafia Mossâmedes é errada: a acertada ou histórica é Moçâmedes.

10.)

Iniciou a sua publicação, em Luanda, a revista ilustrada de assúntos históricos *Diogo-Cão*, dirigida pelo missionário secular português rev. Manuel Ruela Pombo. No primeiro número, que ontem recebemos, figura uma série de artigos de muito interesse e intituladas: Diogo Cão e os quatro Padrões, Fortalezas de Luanda, Catálogo dos Governadores de Angola, Monumentos & Arquivos, História Eclesiástica, Medicina Tropical, Juramento da Constituição, em Luanda, pelo Clero, a 19 de Junho de 1823.

Desejamos longa vida a esta publicação, que, de certo, em muito virá contribuir para esclarecer vários pontos da História-de-Angola, até agora sepultados na poeira dos arquivos.

(Do—*Diário de Noticias*—de Lisboa, em 30 de Abril de 1932.)

(*Continua.*)